SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 28, DE 2025

(nº 810/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 810

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **IRENE VIDA GALA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **IRENE VIDA GALA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de junho de 2025.

EM nº 00121/2025 MRE

Brasília, 17 de Junho de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **IRENE VIDA GALA**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **IRENE VIDA GALA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 961/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda.

Atenciosamente,

RUI COSTA
MINISTRO DE ESTADO

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 27/06/2025, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6799317** e o código CRC **FAE64F0D** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003741/2025-07 SEI nº 6799317

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *IRENE VIDA GALA*
CPF.: Informações pessoais
ID.: Informações pessoais

Informações pessoais

Dados Acadêmicos:	
1983	Direito pela Universidade de São Paulo
2002	Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
2006	CAE - IRBr, “Relações Brasil -África no Governo Lula. A política externa como instrumento de ação afirmativa ... ainda que não só”.
Cargos:	
1985	CPCD - IRBr
1986	Terceira-Secretária
1991	Segunda-Secretária
1998	Primeira-Secretária, por merecimento
2003	Conselheira, por merecimento
2008	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2014	Ministra de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1987	Divisão de África II, assistente
1988	Embaixada em Bissau, Terceira-Secretária em missão transitória
1989	Embaixada em Lusaca, Encarregada de Negócios em missão transitória
1990-91	Departamento de África, assistente
1991-94	Embaixada em Lisboa, Terceira e Segunda-Secretária
1994-96	Embaixada em Luanda, Segunda-Secretária, Conselheira, comissionada
1996-99	Embaixada em Pretória, Segunda e Primeira -Secretária
1999-04	Divisão de África II, Chefe, substituta
2002-04	Embaixada em Dacar, Encarregada de Negócios em missão transitória
2004-07	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheira
2004	Representante do Brasil na Missão do Conselho de Segurança das Nações Unidas à África Ocidental
2004	Representante do Brasil na Missão do Conselho de Segurança das Nações Unidas à África Central
2005	Representante do Brasil na Missão do Conselho de Segurança das Nações Unidas à Áfri ca Central
2007-11	Consulado-Geral em Roma, Cônsul -Geral Adjunta

2011-2017	Embaixada em Acra, Embaixadora
2018-	Escritório de Representação do Itamaraty em São Paulo (ERESP), Subchefe

Condecorações:

2002	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendadora
2015	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de África e Oriente Médio

Departamento de África

Divisão de África Oriental e Setentrional

República de Ruanda

OSTENSIVO

Junho de 2025.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PAUL KAGAME - *Presidente da República.* É presidente de Ruanda desde 2000. Aos três anos, sua família refugiou-se em Uganda (1960), em consequência de conflitos étnicos em Ruanda. Integrou o Exército da Resistência Nacional de Uganda (NRA), liderado por Yoweri Museveni. Em 1986, foi designado chefe de Inteligência Militar do NRA e participou da criação da Frente Patriótica Ruandesa (FPR). Em julho de 1994, após o genocídio contra os Tutsi em Ruanda, o FPR assumiu o poder. Durante o governo de transição, Kagame exerceu os cargos de vice-ministro e ministro da Defesa. Em 1998, foi eleito presidente da FPR. Em 2000, foi eleito presidente pela Assembleia Nacional Transitória. Em 2003, foi confirmado no cargo por eleições diretas, sendo reeleito em 2010, 2017 e 2024.

OLIVIER NDUHUNGIREHE– *Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.* Assumiu o cargo em 12 de junho de 2024. Foi embaixador residente na Haia (2020-2024), responsável também pelas relações de seu país com Estônia, Letônia e Lituânia; vice-ministro para a Comunidade da África Oriental (2017-2020); embaixador em Bruxelas (2015-2017), com jurisdição sobre Bélgica, Luxemburgo e União Europeia; ministro-conselheiro e representante alterno na missão de Ruanda junto à ONU, em Nova York (2010-2015); e conselheiro na Embaixada de Ruanda em Adis Abeba, responsável também pela representação junto à União Africana. É mestre em Gestão Tributária pela Universidade Livre de Bruxelas e bacharel em Direito pela Universidade Católica de Louvain. Nasceu em setembro de 1975, fala kinyarwanda, francês e inglês.

LAWRENCE MANZI– *Embaixador da República de Ruanda.* Nasceu em 21 de julho de 1976 em Mombaça, Quênia. Foi analista de políticas governamentais junto ao Gabinete do Primeiro-Ministro de Ruanda (2012-13), conselheiro na delegação de Ruanda junto à ONU (2013-14) e ministro-conselheiro na embaixada de Ruanda nos Estados Unidos (2015-23). Apresentou credenciais em 22/5/2024.

GERAL

A República de Ruanda localiza-se na região dos Grandes Lagos, na parte central da África, um pouco abaixo da linha do Equador. Tem uma área total de 26.340 km², aproximadamente 1,2 vezes o tamanho do Estado de Sergipe. Ruanda é um dos menores países da Africa e o 149º do mundo em termos de área. No entanto, com população total de 14 milhões e 530 habitantes por km², é um dos países mais densamente povoados do mundo. A maior parte da população vive no campo, e a proporção da população urbana (18%) é baixa.

Ruanda situa-se a uma altitude média de 1.598 metros acima do nível do mar, o que o torna um dos países mais altos do mundo. Seu território é montanhoso e o ponto culminante do país, o monte Karisimbi, atinge 4.519 m de altitude. Embora esteja em região tropical, seu clima é suave, com temperaturas máximas entre 26 e 28º no verão; e média de 16º C no inverno. O país não possui acesso ao mar. Ruanda faz fronteira com a República Democrática do Congo, com Tanzânia, Uganda e Burundi.

Por ter população predominantemente rural, a agricultura é responsável por empregar a maioria dos habitantes, cerca de 70% da força de trabalho. Os principais cultivos são: banana, mandioca, feijão, sorgo e, principalmente, chá e café, que são os dois principais produtos agrícolas de exportação.

Ruanda destaca-se no continente africano pelos esforços de reconstrução - após o genocídio contra os Tutsi, em 1994 - que resultaram em avanços econômicos e sociais significativos, com destaque para altas taxas de crescimento do PIB, de redução da pobreza, de universalização da educação básica e de serviços de saúde.

Sob o governo de Paul Kagame, ex-comandante da Frente Patriótica Ruandesa (RPF) e que lidera o país desde 2000, Ruanda foi alçada a modelo de estabilização e desenvolvimento na região, chegando a ser considerada a "Singapura da África Oriental". A economia do país cresceu, entre 1995 e 2019, em média, 9,19% ao ano (7,1% em 2024). O país registrou avanços significativos em modernização e digitalização de serviços públicos, educação básica, universalização dos serviços de saúde e instalação de infraestrutura sustentável.

Graças à política de universalização do acesso à saúde, cerca de 90% da população de Ruanda tem acesso à saúde primária e mais de 97% está imunizada com vacinação básica. Ruanda aspira ao status de país de renda média até 2035 e de renda alta até 2050.

A capital, Kigali, é um dos principais hubs tecnológicos do continente africano. Dotada de centro de convenções e infraestrutura hoteleira modernos, tornou-se também polo continental de eventos empresariais, esportivos e governamentais.

Ruanda é considerada modelo de desenvolvimento pós-conflito por instituições financeiras internacionais e países doadores tradicionais, percepção utilizada pelo país para projetar sua liderança, ainda que limitada por sua dimensão. O presidente ruandês

Paul Kagame costuma ser convidado para foros internacionais que tratam da ajuda ao desenvolvimento, como cúpulas do G7 e conferências de Davos.

Ao exercer a presidência pro-tempore da União Africana, em 2018, Paul Kagame deu ênfase ao estabelecimento da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), cujo acordo de criação foi assinado em Kigali, em março de 2018, e na reforma institucional da União Africana (UA), com vistas a tornar o orçamento da organização mais sustentável, previsível e, sobretudo, menos dependente de parceiros extracontinentais.

Ruanda é importante país contribuinte de tropas para missões de manutenção da paz, tendo cooperado bilateralmente na área de defesa com países como a República Centro-Africana e Moçambique.

Desde o início de 2025, porém, a imagem internacional do país vem sendo prejudicada por seu envolvimento no conflito na República Democrática do Congo (RDC). Em janeiro último, o grupo M23, com alegado apoio de Ruanda, passou a controlar parte do território da RDC, o que ensejou a resolução 2773 da ONU, que exige que Ruanda cesse seu apoio àquele grupo. No momento, encontra-se em negociação acordo de paz entre Ruanda e a RDC, com mediação dos Estados Unidos.

História de Ruanda

A presença humana em Ruanda remonta a comunidades caçadoras-coletoras, ancestrais dos Twa, aproximadamente há dois mil anos. Posteriormente, povos agrícolas e pastoris migraram para a região, dando origem a reino centralizado entre os séculos XVI e XVII. A dinastia Nyiginya consolidou o reino, culminando com Kigeri IV Rwabugiri, que unificou e fortaleceu o Estado ruandês por volta de 1900.

O sistema político pré-colonial era altamente hierarquizado, com base no sistema de tributação e clientelismo chamado *ubuhake*. Sob esse arranjo, populações majoritariamente agrícolas (Hutu) prestavam serviços aos pastores (Tutsi), recebendo proteção e acesso a gado — uma relação de dependência que também possibilitava certa mobilidade social.

Com a colonização alemã, a partir de 1894, seguida pela administração belga após a Primeira Guerra Mundial, houve a institucionalização de divisões étnicas. Os colonizadores passaram a favorecer a elite tutsi, introduzindo documentos de identidade étnica (baseados em número de cabeças de gado) e aprofundando desigualdades já existentes.

A partir de 1959, iniciou-se a Revolução Hutu, processo que levou à deposição do monarca tutsi (1961) e à proclamação da república, em julho de 1962. Guiado por Grégoire Kayibanda, o regime hutu consolidou-se, instaurando uma hegemonia que culminou em violência contra populações tutsi.

Em julho de 1973, golpe militar liderado por Juvénal Habyarimana, oficial hutu do norte, derrubou Kayibanda. Habyarimana governou por duas décadas, mantendo o controle por meio da personalização do poder e do controle militar, embora enfrentasse tensões regionais e começasse a permitir abertura política gradual no início dos anos 1990.

Esse período também foi marcado pela intensificação da questão tutsi, com grupos exilados organizando-se em torno do Frente Patriótica Ruandesa (FPR), fundado em 1987. Em outubro de 1990, a FPR lançou ofensiva contra Ruanda, desencadeando guerra civil. As negociações de paz culminaram nos Acordos de Arusha (1993), embora conflitos étnicos e massacres localizados persistissem.

Genocídio contra os Tutsi

O genocídio contra os Tutsi, ocorrido entre abril e julho de 1994, foi uma campanha de extermínio, planejada por extremistas da maioria hutu contra a minoria tutsi. Em um período de aproximadamente cem dias, mais de 800.000 civis foram assassinados, embora estimativas oficiais variem entre 500.000 e 1.000.000. Os assassinatos foram executados muitas vezes com instrumentos rudimentares e motivados por discursos de ódio amplamente disseminados, incluindo pela emissora RTLM, que incitava a eliminação dos tutsis.

O genocídio foi desencadeado pelo atentado ao avião do presidente hutu Juvénal Habyarimana em 6 de abril de 1994, incidente que matou também o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira, e precipitou o colapso do governo moderado. No dia seguinte, a primeira-ministra Agathe Uwilingiyimana foi assassinada, causando vácuo político que permitiu a ascensão de governo interino de extremistas hutus liderado por Théoneste Bagosora, que coordenou grande parte das mortes e da violência.

A violência foi executada em todas as regiões do país, com apoio das forças militares e milícias como Interahamwe e Impuzamugambi. Estima-se que até dois milhões de ruandeses fugiram para países vizinhos, especialmente o Zaire (atual RDC). A ofensiva da FPR, liderada por tutsis exilados, começou simultaneamente à repressão genocida e concluiu-se, em meados de julho de 1994, com a tomada da capital Kigali e o estabelecimento de um governo de transição.

No pós-genocídio, a Justiça internacional e local desempenhou papel central na tentativa de responsabilização. O Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR) foi criado em 1994 para julgar os principais responsáveis, enquanto milhões de casos foram tratados pelos tribunais comunitários, instituídos em 2001 para processar pessoas envolvidas em menor grau. Além disso, a vitória da FPR levou à formação de um governo de unidade nacional, simbolizado pela presidência de Pasteur Bizimungu (hutu) com Paul Kagame (tutsi) como vice-presidente, acompanhado por reformas políticas, constitucionais e simbólicas que proibiram referências étnicas e instituíram um novo modelo de reconstrução nacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Ruanda, estabelecidas em 1981, encontram-se em construção.

Os dois países anunciaram a decisão de abrir Embaixadas residentes em 2023. A Embaixada do Brasil em Kigali foi criada pelo Decreto nº 11.810, de 29/11/23. Em janeiro de 2024, o governo brasileiro concedeu *agrément* ao embaixador designado de Ruanda no Brasil, Lawrence Manzi, que apresentou credenciais em maio de 2024.

Em 1º de junho de 2025, a Embaixada em Kigali foi aberta. O governo de Ruanda concedeu agrément a Irene Vida Gala em 10/06/2025.

Do lado ruandês, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, François Ngarukiyintwali, visitou o Brasil em 1982, quando se discutiram possibilidades de cooperação técnica bilateral. Em setembro de 2007, o então chanceler Celso Amorim avistou-se com seu homólogo ruandês em Nova York, à margem da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), ocasião em que foi firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica (em vigor) entre os dois países, com base em proposta brasileira.

Em junho de 2011, o então chanceler Antonio Patriota reuniu-se com o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS. O chanceler brasileiro expressou o desejo de aprofundar as relações bilaterais e de cooperar para o maior desenvolvimento econômico e social do país.

Em seguimento às conversações mantidas em Nova York, em junho de 2011, foi proposto Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda (em vigor), durante seminário sobre cooperação técnica brasileira à margem da 37ª Conferência da FAO em Roma.

Em dezembro de 2013, o assessor especial para Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte, Embaixador Carlos Henrique Cardim, visitou Kigali, por ocasião do Congresso Anual da Confederação Africana de Vôlei.

Em agosto de 2019, foi assinado, em Kigali, o Acordo de Serviços Aéreos (em vigor), pelo embaixador do Brasil em Nairóbi, Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, e o ministro de Infraestrutura de Ruanda, Claver Gatete.

Em 2023, o ex-chanceler Vincent Biruta visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Isenção de Visto Mútuo para Titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Oficiais (em vigor).

O Senhor Presidente da República foi convidado pelo presidente Kagame a participar das comemorações dos 30 anos do genocídio contra os Tutsi em Kigali, em 2024, tendo designado como representante o embaixador em Nairóbi, Sílvio José Albuquerque e Silva, que à época mantinha cumulatividade com Ruanda.

Ruanda participou do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural (Brasília, 20-22/5/2025), sendo representada pelo Ministro da Agricultura e Recursos Animais, Cyubahiro Marc Bagabe.

Mecanismos diplomáticos

Encontra-se em via de conclusão memorando de entendimento entre Brasil e Ruanda para criação de mecanismo de consultas políticas. A proposta foi apresentada por Ruanda em 01/11/2024. O MRE encaminhou contraproposta em 24/2, que foi aceita pelo lado ruandês em 12/6. Aguarda-se ocasião para assinatura.

COOPERAÇÃO

Foi promulgado em 13 de abril último o Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Ruanda. O acordo foi assinado em Nova York, em 26/9/2007, ratificado pelo Brasil em 14/8/2009 e por Ruanda em 3/1/2025.

O histórico da cooperação bilateral entre Brasil e Ruanda inclui atividades nos setores de energia (biocombustíveis), agricultura (cana-de-açúcar) e segurança alimentar (alimentação escolar).

O Brasil participou de iniciativa, encerrada em junho de 2022, de cooperação trilateral com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Centro de Excelência Contra a Fome, e o governo de Ruanda na área de segurança alimentar, cujo objetivo foi apoiar o desenvolvimento local de programa sustentável de alimentação escolar.

Em 2011 e 2012, o Brasil realizou doações por meio do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que totalizaram US$ 200 mil, ao apoio de refugiados acolhidos em Ruanda.

Em 2020, o Brasil ofereceu aporte financeiro de US$ 50 mil ao governo ruandês, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), para auxiliar no combate à pandemia de covid-19 naquele país.

Em 13/12/2024, a ABC recebeu visita de delegação do Ministério da Educação de Ruanda, integrada também por representantes do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e da ONG Solid Africa, com interesse em conhecer o programa nacional de alimentação escolar (PNAE).

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O intercâmbio comercial entre Brasil e Ruanda ainda é limitado. Em 2024, as trocas totalizaram cerca de US$ 3,1 milhões, maior registro da série histórica (98,7% de aumento em relação a 2023). As exportações brasileiras representaram a quase totalidade desse valor (US$ 2,9 milhões). Os principais produtos exportados pelo Brasil foram sementes oleaginosas de copra e linhaça (26%), máquinas agrícolas (15%) e outras máquinas (11%). As importações brasileiras de Ruanda somaram US$ 200 mil, sendo compostas, sobretudo, de elementos químicos inorgânicos (89%). O saldo superavitário brasileiro foi de US$ 2,7 milhões.

Há potencial de ampliação do comércio bilateral, em especial da participação do agronegócio brasileiro, dos setores de máquinas agrícolas e de aviação. As exportações do Brasil podem beneficiar-se do interesse ruandês na obtenção de máquinas e equipamentos agrícolas. Além disso, Ruanda busca "expertise" nas áreas de preparação do solo para o plantio, métodos de irrigação de baixo custo, agricultura de precisão e técnicas de conservação e armazenamento de gêneros agrícolas pós-colheita.

O setor de aviação civil mostra-se promissor. A companhia aérea ruandesa, Rwandair, é uma das que mais cresce na África, cobrindo 29 destinos na África, Europa, Oriente Médio e Ásia, graças a investimentos estatais em empresa considerada de importância estratégica. Em 2019, a Rwandair estabeleceu parceria com a Qatar Airways para ampliar e administrar o aeroporto internacional de Bugesera (a ser inaugurado em 2027), com o objetivo de transformar a capital ruandesa em hub aéreo continental, concorrendo com Adis Abeba.

Quanto aos investimentos bilaterais, registre-se que a joint venture brasileiro-argentina Positivo-BGH chegou a firmar contrato com o governo de Ruanda para fornecimento de computadores às escolas do país. Em 2015, a empresa estabeleceu unidade de produção em Kigali, que produzia diferentes equipamentos eletrônicos. Em dezembro de 2020, a fábrica interrompeu sua produção.

ACORDOS

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS		
Título	**Data de celebração**	**Status**
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda sobre Isenção de Visto Mútuo para Titulares de Passaportes Diplomático, de Serviço e Oficiais	05/10/2023	Em Vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Ruanda	14/08/2019	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda para A Promoção da Cooperação SUL-SUL relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar.	24/06/2011	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda	26/09/2007	Em Vigor

Acordos em negociação

1) Acordo para a Eliminação de Dupla Taxação Relativa a Impostos sobre a Renda e à Prevenção da Evasão Fiscal entre o Brasil e Ruanda. Encontra-se sob avaliação da Receita Federal do Brasil.

2) MDE de Cooperação em Matéria de Defesa. Proposto em 5/9/24 por Ruanda. Encontra-se em avaliação pela parte brasileira.

3) Acordo de Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas (AIC). Negociações iniciadas em 2023. No momento, o texto encontra-se sob análise do lado ruandês.

4) MdE para Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. Proposto por Ruanda em 19/11/24. Contraproposta brasileira enviada em 24/02 último. Em 12/06, a parte ruandesa informou estar de acordo com o texto negociado.

POLÍTICA INTERNA

Com a independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, em 1962, a etnia hutu (84%) assumiu a hegemonia política, em detrimento da elite colonial formada pela etnia tutsi (15%). Esse jogo de forças foi reforçado a partir do golpe de estado que, em 1973, levou Juvénal Habyarimana ao poder.

Durante as décadas de 1980 e de 1990, Ruanda viveu período de estagnação econômica e de instabilidade política. Em 1990, a oposição, constituída principalmente de refugiados tutsis, aliados a hutus moderados, fundou, em Uganda, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR). Em 1991, a FPR invadiu o norte de Ruanda, iniciando a guerra civil contra o governo de Habyarimana, que contou com ajuda da França. Em julho de 1992, tem início processo de paz mediado pela Organização da Unidade Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA). Em agosto de 1993, as negociações de paz foram concluídas, com a assinatura dos Acordos de Arusha, entre o governo ruandês e a FPR. Os Acordos de Arusha previam a formação de um governo de transição, com partilha de poder entre o partido governista e a FPR, bem como, com menor representação, partidos políticos de oposição. Com vistas a supervisionar a implementação dos acordos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR).

A trégua, no entanto, foi interrompida por atentado contra o avião em que viajavam Juvénal Habyarimana, presidente de Ruanda, e Cyprien Ntaryamira, presidente do Burundi. A morte de Habyarimana serviu de estopim para uma das piores tragédias do século XX.

O genocídio contra os tutsis, em 1994, marcou a realidade do país, em suas várias dimensões. Trata-se de assunto de grande sensibilidade para o governo ruandês. Desde janeiro de 2018, a Assembleia Geral da ONU adotou decisão que consagra o 7 de abril como o "Dia Internacional de Reflexão sobre o Genocídio contra os Tutsis em Ruanda em 1994".

No poder, a FPR buscou formar governo de união nacional, com a nomeação dos hutus Pasteur Bizimungu, a presidente, e Faustin Twagiramung, a primeiro-ministro. Em março de 1999, foram realizadas as primeiras eleições municipais e, em 2003, foi aprovada nova Constituição por referendo. Por meio de leis de criminalização da ideologia do genocídio, a Carta veda qualquer partido político que se fundamente em distinções de etnia, cor ou gênero e garante, ademais, direito de repatriação a todos os refugiados ruandeses.

Em 2000, com a renúncia de Pasteur Bizimungu, Paul Kagame, um dos principais líderes tutsi da FPR, assumiu a presidência por eleição indireta. Kagame é, desde então, o presidente de Ruanda. Foi confirmado no cargo por meio de eleições em 2003 e 2010, para mandatos de sete anos. Em 2015, foi aprovada emenda à Constituição que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais e abriu caminho para a sua candidatura a uma segunda reeleição. Kagame foi reeleito a um terceiro

mandato em 2017 e ao quarto mandato em 2024, confirmando o predomínio da FPR na vida política ruandesa.

O presidente Kagame fez da união nacional e da recuperação da economia do país os principais objetivos de seu governo. Em parte, tais objetivos foram alcançados, levando em conta a gradual estabilização do país e o contínuo crescimento econômico combinado com controle inflacionário.

Organização política

O poder executivo é liderado pelo Presidente da República, figura central do Estado, que combina as funções de chefe de Estado e de governo. Ele nomeia o Primeiro-Ministro e os membros do Conselho de Ministros, distribuindo as responsabilidades administrativas e políticas entre os 19 ministérios.

O poder legislativo, por sua vez, é bicameral e se estrutura em duas casas: a Câmara dos Deputados e o Senado. A Câmara dos Deputados é composta por 80 membros, para mandatos de cinco anos. São eleitos 53 deputados por sufrágio universal e secreto; 24 mulheres eleitas por conselhos específicos; dois membros pelo Conselho Nacional da Juventude e um deputado pela Associação das Pessoas com Deficiência.

O Senado conta com 26 membros, sendo 12 senadores eleitos por conselhos específicos, 8 indicados pelo Presidente da República; 4 pelo Fórum de Organizações Políticas; dois entre professores de instituições de ensino superior, sendo um de instituição pública e outro, de privada.

No âmbito do poder judiciário, a Justiça ruandesa é estruturada com base em dois tipos de tribunais — ordinários e especializados — e se orienta por princípios de independência e autonomia financeira e administrativa. O sistema de instâncias compreende os tribunais primários, intermediários, as cortes superiores (High Court), Tribunal de Recurso e Suprema Corte, além de tribunais comerciais e militares. A supervisão da magistratura cabe ao Alto Conselho da Magistratura, presidido pela Chefe da Justiça, que também é presidente da Suprema Corte.

ECONOMIA

Desde 1995, Ruanda apresenta elevadas taxas de crescimento econômico. Entre 1995 e 2019, o crescimento médio do PIB ruandês foi de 9,19%, segundo dados do Banco Mundial. Em 2019, a taxa de crescimento do PIB de Ruanda foi a segunda maior do mundo (9,46%, segundo o Banco Mundial), atrás apenas de Tuvalu (9,8%). Esse ritmo foi interrompido em 2020, devido à pandemia de Covid-19, tendo-se registrado PIB de 3,3%. A partir de 2022, as taxas de crescimento voltaram a estar próximas dos 7% anuais. A economia ruandesa cresceu 7,1% em 2024.

A agricultura emprega 68% da população e contribui com 26% do PIB do país, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas de Ruanda. Os principais produtos agrícolas são chá e café. Grande parte da produção agrícola é de subsistência. A forte dependência do volume de chuvas e o reduzido uso de tecnologias, porém, resultam em baixa produtividade no setor e na necessidade de importações para atender à demanda doméstica.

A agricultura é um dos setores prioritários no programa de desenvolvimento Visão 2050 do governo de Ruanda. Busca-se substituir a agricultura de subsistência no país por produção intensiva em tecnologia até 2050. Uma das iniciativas foi o Projeto de Crescimento Agrícola Liderado pelo Setor Privado (PSDAG), entre 2014 e 2019, pelo qual parcerias entre cooperativas e PMEs na agricultura com governo e investidores privados buscaram implementar micro financiamentos voltados à adoção de métodos e tecnologias modernos.

O forte crescimento econômico de Ruanda foi acompanhado por melhorias substanciais nos padrões de vida, com queda de dois terços na mortalidade infantil e matrícula quase universal na escola primária. Um forte foco em políticas e iniciativas locais contribuiu para uma melhoria significativa no acesso a serviços e nos indicadores de desenvolvimento humano.

O país também ambiciona tornar-se um hub aéreo. O Catar participará diretamente da construção e operação do novo aeroporto de Bugesera, localizado a cinquenta quilômetros de Kigali, a um custo estimado de US$ 1,6 bilhão. Trata-se do maior projeto financiado pelo Catar no continente africano. A operação do novo aeroporto caberá à "Bugesera Airport Company", joint venture entre a "Qatar Airways" e o governo de Ruanda.

Ruanda integra, juntamente com Tanzânia, Uganda, Quênia, Burundi, RDC e Sudão do Sul, a Comunidade da África Oriental (EAC), bloco regional com PIB de US$ 193 bilhões. Além disso, o país é um dos principais promotores da integração econômica no âmbito da União Africana, sendo o presidente Paul Kagame um dos principais responsáveis pelo lançamento da Área de Livre Comércio Continental, em 2018, sob a presidência de turno ruandesa da organização.

Os principais produtos de exportação de Ruanda em 2023 (últimos dados disponíveis) foram ouro (65,6%), minérios (7,59%) e café (6,62%). As exportações tiveram como destino principalmente Emirados Árabes Unidos (66,4%), China (9,73%) e EUA (2,86%). Os principais produtos importados pelo país foram equipamentos de telecomunicação (5,12%), milho (3,14%) e medicamentos (3,07%). As importações foram provenientes principalmente de China (19,1%), Quênia (13,7%) e Uganda (12,7 %).

POLÍTICA EXTERNA

Ruanda tem seguido política externa voltada à obtenção de ajuda internacional e à coordenação com os países vizinhos. A comunidade internacional apoiou os esforços de reconstrução do país, apesar de doadores tradicionais manifestarem preocupação com possíveis violações de direitos humanos no país e, mais recentemente, com o envolvimento no conflito na RDC.

Nos últimos anos, o presidente Kagame buscou assumir maior protagonismo na esfera continental, de que é exemplo a realização, em Kigali, de cúpulas da União Africana (UA) em 2016 e 2018. A presidência ruandesa da UA, em 2018, foi marcada pelo ímpeto de reformas na estrutura da organização, com vistas à sua dinamização e à ampliação de sua capacidade de autofinanciamento. Além disso, a cúpula extraordinária de Kigali, realizada em março de 2018, foi marcada pela assinatura do acordo de criação da Área de Livre Comércio Continental e do Protocolo de Livre Movimentação de Pessoas, iniciativas que contaram com decisivo apoio de Kagame.

No âmbito regional, Ruanda participa da Comunidade da África Oriental (EAC), que engloba Ruanda, Tanzânia, Burundi, Uganda, Quênia, RDC e Sudão do Sul. A EAC constitui União Aduaneira desde 2005 e Mercado Comum desde 2010.

Desde que assumiu a presidência, Kagame buscou cultivar bom relacionamento com os países ocidentais e organismos internacionais, a fim de promover investimentos, doações e assistência humanitária.

No momento, porém, grande parte da política externa de Ruanda está relacionada aos acontecimentos na vizinha República Democrática do Congo (RDC). Mais de cem grupos armados atuam na região leste da RDC. O mais ativo é o M23, que reúne congoleses de etnia tutsi, com vínculos com Ruanda. Desde o final de janeiro, o M23 passou a controlar parte do leste da RDC, incluindo as cidades de Goma (em 27/1) e Bukavu (em 15/2), capitais das províncias de Kivu do Norte e de Kivu do Sul, respectivamente.

As tropas do Burundi que se encontravam no Kivu do Sul, em apoio às Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), recuaram ante o avanço do M23. As Forças Armadas de Uganda, com base em entendimento mantido com a RDC, enviaram no final de fevereiro tropas para garantir a segurança na província de Ituri.

O general brasileiro Ulisses de Mesquita Gomes assumiu o comando da Missão de Paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) em 28/1. É o sexto general brasileiro a comandar a MONUSCO. Além da MONUSCO, das tropas do Burundi e das tropas de Uganda, atuava na RDC a Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral na RDC (SAMIDRC), que anunciou sua retirada em maio último. O encerramento antecipado da missão de paz foi decidido pela SADC em março, após confrontos que resultaram na morte de 17 de seus soldados na região.

Em 21/2, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por unanimidade, aprovou a resolução 2773, a qual "condena firmemente as ofensivas e avanços do M23 no Kivu do Norte e Kivu do Sul com o apoio das Forças Armadas de Ruanda", e solicita que o M23 e as forças armadas de Ruanda se retirem do território

congolês imediatamente. Em 20/02, os Estados Unidos impuseram sanções a autoridades ruandesas supostamente envolvidas com o M23, incluindo o ministro de Integração Regional James Kabarebe.

Em Doha, no dia 18/03/2025, em reunião mediada pelo emir do Catar, Sheikh Tamim bin Hamad Al Thani, os presidentes da RDC e de Ruanda mantiveram conversações. Entre os dias 3 e 5 de maio, também no Catar, houve nova rodada de negociações, dessa vez entre delegações da RDC e do M23.

Em 25/04, os chanceleres da RDC e de Ruanda assinaram, em Washington, acordo preliminar de paz, comprometendo-se a apresentar projeto de tratado de paz até 2 de maio (o que não ocorreu até o momento) e a cessar o apoio militar a grupos armados.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Ruanda
GENTÍLICO	Ruandês
CAPITAL	Kigali
ÁREA	26.338 km² (aproximadamente do tamanho do estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (BM, 2020)	12,95 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Kinyarwanda; inglês; francês; suaíli.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (93,4%); muçulmanos (1,8%); religiões tradicionais (1%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara dos Deputados e Senado)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Paul Kagame (desde 2000)
CHEFE DE GOVERNO	PM Édouard Ngirente (desde 2017)
CHANCELER	Olivier Nduhungirehe (desde 2024)
PIB nominal (FMI, 2023)	US$ 13,83 bilhões
PIB PPP (FMI, 2023)	US$ 46,33 bilhões
PIB nominal *per capita* (FMI, 2023)	US$ 997,98
PIB PPP *per capita* (FMI, 2023)	US$ 3.300,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	7,1% (2024), 8,2% (2023); 6,8% (2022); 10,9% (2021); -3,4% (2020); 9,5% (2019); 8,6% (2018).
IDH (PNUD, 2022)	Baixo (0,534); 165ª posição (em 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2022)	66,07 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2022)	75,90%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2022)	13%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Ruandês (1 USD = 1.197,19 RWF)
EMBAIXADOR EM KIGALI	MPC Irene Vida Gala aguarda sabatina. Recebeu agrément do governo ruandês em 10/6/2025.
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Lawrence Manzi (desde 22/5/2024)

Brasil·→·Ruanda¤	**2014**¤	**2015**¤	**2016**¤	**2017**¤	**2018**¤	**2019**¤	**2020**¤	**2021**¤	**2022**¤	**2023**¤	**2024**¤	¤
Intercâmbio¤	344¤	703¤	960¤	774¤	410¤	537¤	966¤	899¤	1.999¤	1.562¤	3.049¤	¤
Exportações¤	339¤	698¤	948¤	770¤	393¤	535¤	422¤	890¤	1.966¤	1.559¤	2.884¤	¤
Importações¤	5¤	4¤	12¤	4¤	17¤	2¤	544¤	9¤	33¤	3¤	165¤	¤
Saldo¤	334¤	694¤	936¤	766¤	376¤	533¤	-122¤	881¤	1.933¤	1.556¤	2.719¤	¤

¶

DADOS ECONÔMICOS

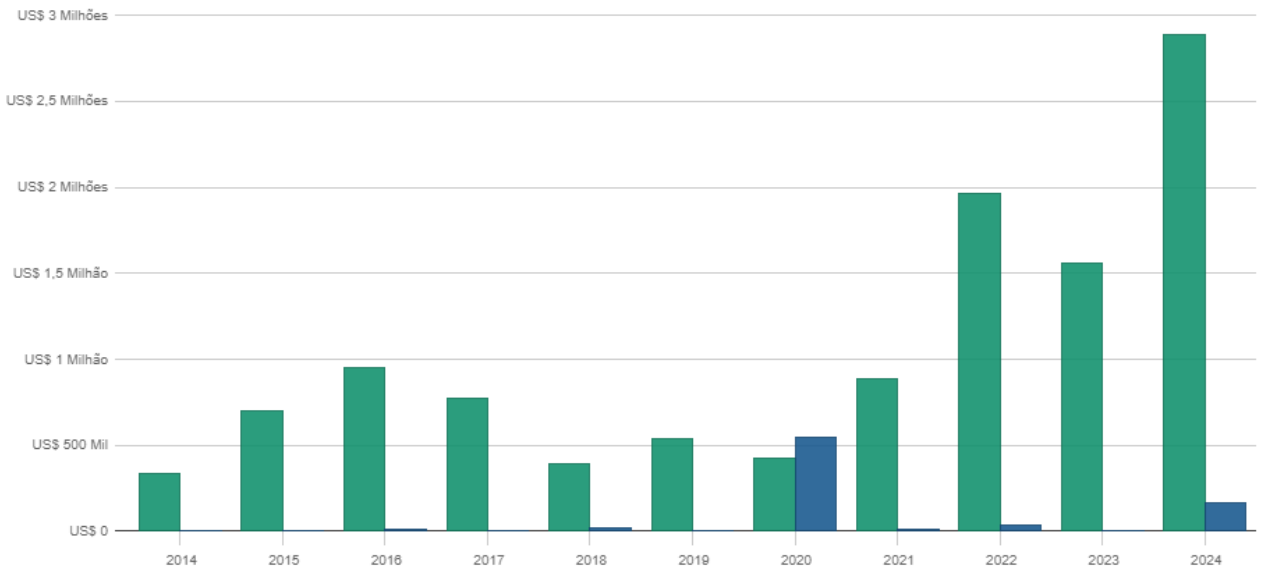
Jan-Mai / 2025 | 2024

Exportações US$ Milhões	Importações US$ Milhões	Corrente US$ Milhões	Saldo US$ Milhões
2,9	0,2	3,1	2,7
↑81,2% Var. 2024/2023	↓-% Var. 2024/2023	↑93,8% Var. 2024	Superávit 2024

0,0009%	189º	0,00006%	167º
Part. nas Exportações 2024	Ranking de Exportações 2024	Part. nas Importações 2024	Ranking de Importações 2024

Série histórica - Parceiro: Ruanda

Total | ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas



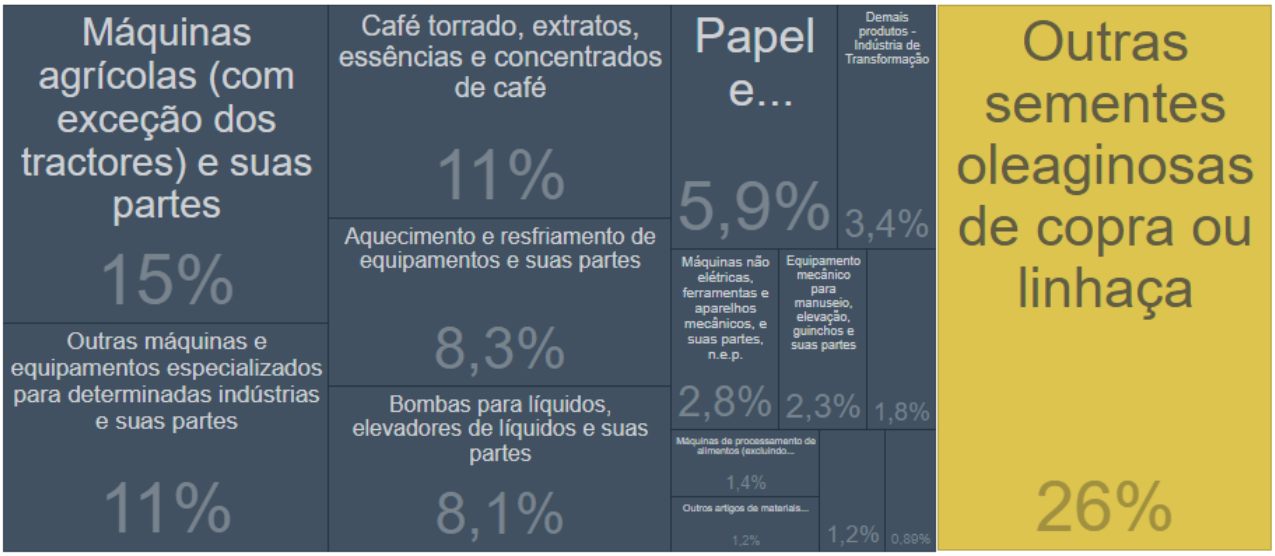
Periodicidade: Mensal | Anual | Acumulado Tipo: Exportação/Importação | Corrente | Saldo Gráfico: Linha | Barras

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Ruanda

Jan-Mai / 2025 | 2024

Total: US$ 2,88 Milhões

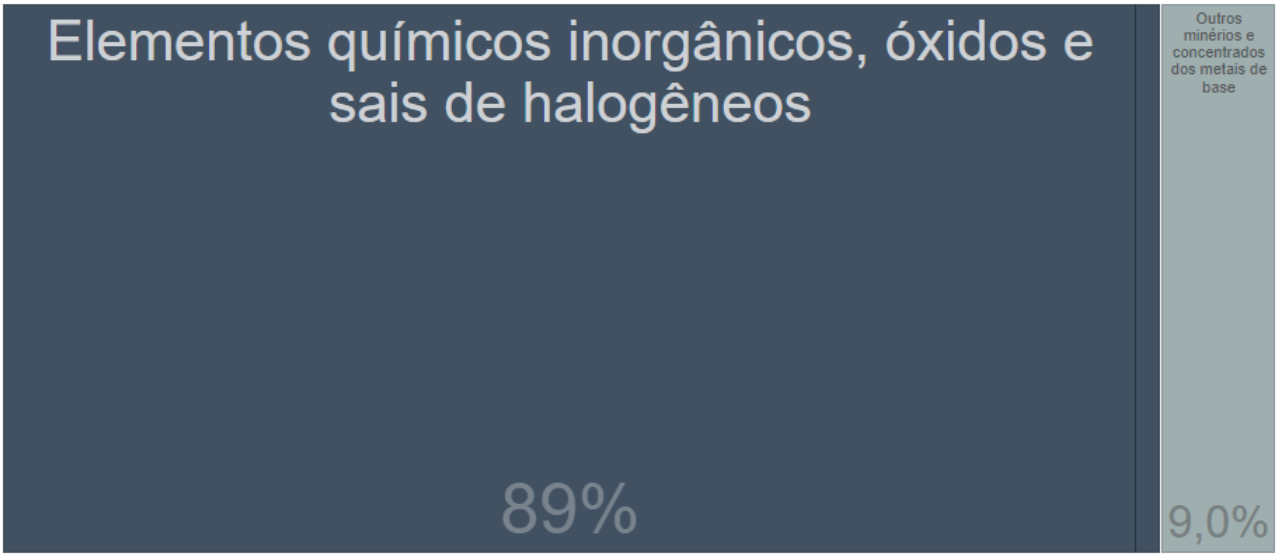


Cor | Seção ISIC | Variação Absoluta

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Ruanda

Jan-Mai / 2025 | 2024

Total: US$ 165 Mil



Cor | Seção ISIC | Variação Absoluta

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2025 - Abertura da Embaixada do Brasil em Kigali (junho)

2024 - Abertura da Embaixada de Ruanda em Brasília (abril)

2023 - A Embaixada do Brasil em Kigali foi criada por meio do Decreto nº 11.810, de 29/11/23.

2023 - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, Vincent Biruta

2020 - Doação brasileira ao governo ruandês, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), para auxiliar no combate à pandemia de coronavírus.

2019 - Assinatura do Acordo de Serviços Aéreos entre Brasil e Ruanda (em vigor)

2012 - Doação no valor de US$ 100 mil ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em favor da ajuda humanitária de emergência ao campo de refugiados em Ruanda

2011 - Assinatura do Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda (em vigor)

2011 - Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e o Presidente de Ruanda, Paul Kagame, à margem da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS

2007 - Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica

2007 - Encontro do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, Charles Murigande, à margem da 62ª Assembleia Geral da ONU

1982 - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, François Ngarukiyintwali

1981 - Estabelecimento de relações diplomáticas